

| 300 | O CENTRO TRADICIONAL DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS- BRASIL NA FASE ATUAL DA MODERNIZAÇÃO URBANA: UM ESPAÇO CONTRA-HEGEMÔNICO

Renata Rogowski Pozzo

Resumo

Este artigo é a síntese de uma pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil) entre os anos de 2008 e 2010, em que buscamos apreender as especificidades da formação do Centro e a configuração da centralidade urbana em Florianópolis, compreendendo a marcha das continuidades e descontinuidades de sua história e como estas se arranjaram espacialmente dentro do processo de transição para a modernidade capitalista da cidade. Dentro deste longo processo de transição, que se origina a partir da segunda metade do século XIX, objetivamos demonstrar neste trabalho como o Centro tradicional adquire, a cada período, um significado novo em relação à cidade: do Centro moderno, ao Centro decadente para o Centro contra-hegemônico.

Palavras-chave: Centro tradicional de Florianópolis; Modernidade; Centralidade urbana.

Introdução

Este artigo representa a síntese de uma pesquisa de mestrado desenvolvida entre os anos 2008 e 2010, intitulada “*Modernidade Capitalista em Florianópolis e a dinâmica do Centro urbano*”, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. A vontade de estudar o Centro, entretanto, originou-se ainda no ano de 2004, a partir de experiências pessoais tal como o fato de residir neste espaço da cidade e perceber neste convívio as mudanças em curso e as contradições presentes. A pesquisa, portanto, não definiu-se apenas a partir de uma preocupação teórica; nasceu de uma intenção prática relacionada com a vida do Centro da cidade no período atual e de uma vontade de intervir nesta realidade.

O ponto de partida pra a investigação foi a percepção de que os discursos correntes sobre o Centro de Florianópolis, partindo tanto do meio acadêmico como do jornalístico, apontavam para um processo de decadência que este espaço estaria sofrendo. Este tipo de interpretação, formulada à base de um empirismo grosseiro, aponta como evidências da decadência do Centro a péssima aparência de alguns edifícios abandonados, a falta de movimento noturno, a popularização do comércio etc. Este *discurso da decadência* serve como justificativa, não somente em Florianópolis, para os tão aclamados projetos de revitalização dos Centros urbanos – que apresentam-se atualmente como uma verdadeira

releitura (frequentemente pelo viés cultural) dos projetos higienistas realizados nas cidades brasileiras na passagem do século XIX para o XX.

À luz deste quadro inquietante, após breves anos de observação e reflexão diária sobre a paisagem, muitas derivas e leituras relacionadas a esta problemática em outras capitais, chegamos a seguinte hipótese: esta suposta decadência do Centro tradicional pode ser explicada pelo abandono deste espaço pelas classes de alta renda, que, a partir dos anos 1970, deixaram de investir e frequentá-lo motivadas por investimentos públicos que deslocaram o fluxo do comércio, dos serviços e dos capitais imobiliários para outros lugares da cidade (vias expressas). Ou seja, analisando mais profundamente este processo, a declarada *decadência do Centro* é uma expressão ideológica - pois é em grande medida propagada pela mídia e relacionada com a violência, o que valoriza ainda mais a suposta segurança que oferecem os novos espaços comerciais e residenciais da cidade, obedecendo aos interesses do capital imobiliário - e preconceituosa, pois classifica como “degradação” a transição de uma classe social mais alta para outra mais baixa neste espaço.

Logo no início da pesquisa, ficou claro que nosso problema não se encerrava dentro do recorte espacial do Centro, já que este é um lugar de convergência de processos sociais, históricos e econômicos que se inter-relacionam em diversas escalas (o mundo, a nação, o estado, a região, a cidade, a rua, o cidadão). Por isso, buscamos traçar períodos históricos explicativos, e localizamos nossa análise na transição para a modernidade capitalista em Florianópolis, os papéis e as repostas do espaço central a este processo.

O Centro da cidade é um espaço de síntese do passado e do presente, uma paisagem formada pela contradição entre formas inertes (forças de inércia) e funções dinâmicas (Santos, 1959). Marcado por funções preponderantes, cada momento histórico deixa sua marca no espaço, criando e transformando a paisagem urbana - que é o resultado desta soma dialética das forças do tempo e do espaço, da relação dinâmica entre as funções e as formas.

Essa relação entre a formação e desenvolvimento da cidade e o papel do Centro em cada fase histórica despertou nosso interesse de interpretar e demonstrar a formação da configuração atual da região central de Florianópolis. Analisando objetivamente os elementos que se combinaram para a conformação do cenário atual, constatamos que a transição para a modernidade é um dado crucial para a dinâmica de transformação da configuração da centralidade urbana em Florianópolis.

A paisagem atual da cidade é formada por elementos originários de períodos anteriores, mas, esta síntese do passado e do presente, das formas antigas e das funções

atuais, não se dá de forma “amigável”: há uma guerra de tendências diferentes, de forças de transformação e de resistência. Por isso, procuramos investigar: como o Centro responde a toda essa atividade histórica? O que o Centro da cidade representa hoje? Qual foi importância do Centro em relação à cidade e em relação à região no decorrer da história?

Nesta pesquisa procuramos acima de tudo enfatizar todas as características contraditórias do Centro que se formam a partir desta interação dialética entre formas e funções novas e velhas, que são características de espaços com grande passado histórico como este. Vemos o Centro, portanto, como um ponto de ligação entre movimentos contraditórios. No século XIX, por exemplo, era a ligação da região com o mundo, pois pelo seu porto entravam todos os produtos importados da Europa. É também o contato do estado com a nação, pois é um centro administrativo. Suas feiras de rua representam a ligação entre o mundo urbano e o mundo pequena produção mercantil. O Centro é o encontro do novo com o velho, do moderno com o ultrapassado, de pessoas de todos os lugares, onde “esse papel de ponto de contato entre dois mundos opostos, porém complementares, marca toda a vida urbana” (Santos, 1959, p. 188).

A Modernidade Capitalista e o Centro

O estudo da transição para a modernidade em Florianópolis é chave para desvendar as relações presentes no Centro da cidade; tal como aponta Schorske (2000), a cidade é a entidade social mais visivelmente afetada pelo processo de transição para a modernidade, por isso, é também campo privilegiado para entendermos o próprio fenômeno da modernidade. Como escrevem Marx e Engels para o caso da Inglaterra, a revolução burguesa que conduziu ao capitalismo redefiniu o papel da cidade na sociedade: “A burguesia subjugou o país às leis das cidades” (Marx & Engels, 1998, p. 16), ou seja, a cidade é o grande palco da modernidade capitalista. É no século XIX, cenário das grandes transições para o capitalismo em grande parte do mundo ocidental (*revolução burguesa* em alguns poucos casos como o da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França; *revolução-conservação*, ou, revolução passiva, de acordo com Gramsci, 2000, em todo o resto, inclusive no Brasil, já no século XX), que começa a ficar clara a nova paisagem urbana na qual tem lugar a vida moderna.

Se no Brasil percebemos que há uma combinação entre a via passiva e a via revolucionária de transição, (ou, na concepção pioneira de Lênin, via prussiana e via norte-americana), e notando a importância que a pequena produção mercantil teve no quadro da Industrialização Brasileira, é possível afirmar que em Florianópolis esta combinação também

esteve presente. O impulso para a modernidade capitalista nesta cidade partiu da acumulação de capital proveniente, por um lado, da drenagem da renda da pequena produção açoriana, e, por outro, do grande comércio import-export encabeçado por firmas comerciais como a Hoepcke. Esta drenagem do capital gerado pela pequena produção mercantil açoriana era realizada por comerciantes que passaram a investir seus capitais no Centro. Muitos destes comerciantes têm a mesma origem dos produtores açorianos, o que significa dizer que este capital comercial não é de grande porte nos seus inícios, havendo diferenciação social a partir de estruturas bastante igualitárias. Este tipo clássico de desenvolvimento conhecido como *norte-americano*, como observou Dobb (in Sweezy et al., 1977) seguindo Marx e Lênin, é a via realmente revolucionária de transição, onde os capitalistas emergem das fileiras dos produtores “nascidos por efeito de alguma acumulação de capital no interior do próprio pequeno modo de produção” – ao contrário da via prussiana, em que os capitalistas são oriundos das fileiras dos comerciantes e intermediários (Dobb apud Silva, 2003, p. 168).

Berman (1986) define inicialmente o fenômeno da modernidade como um *conjunto de experiências* e encontra nesse processo três fases de realização no mundo europeu: a) Século XVI até XVIII. Experimentando a vida moderna; b) 1790: Revolução Francesa. Mundo moderno, mas não por inteiro; c) Século XX. Expansão global em uma *multidão de fragmentos*.

Em Florianópolis, percebemos que o sentido da modernidade se expressa de maneira diferente ao longo do eixo da história, a cada momento causando “efeitos” especiais para a região central, podendo ser identificados três períodos desta transição - que ainda está em processo.

I - Final do século XIX até década de 1920 (momento anterior)

Uma época de “pré-modernidade” que emerge do capital comercial e industrial (ainda que depois se mostrasse incipiente) e por força de personalidades políticas. Seu palco é a área do Centro

A partir da acumulação de capital proveniente da drenagem da renda da pequena produção açoriana e do grande comércio import-export é que a cidade inicia seu processo de modernização, na segunda metade do século XIX. Por volta de 1870, as primeiras grandes intervenções urbanísticas são realizadas no Centro da cidade, que, nesta época, resumia-se ao Largo da Catedral e as primeiras ruas a partir da linha do mar onde

estavam localizados o porto, a alfândega e o mercado municipal, e era rodeado por pequenos bairros habitados, em grande medida, por classes populares. Esta primeira fase encontra seu ponto culminante na década de 20, quando a construção da ponte Hercílio Luz vem representar a passagem do patamar do Centro de Florianópolis de uma centralidade local para uma centralidade regional. Com isso, a área dos bairros centrais é englobada a área geral do Centro, perímetro que hoje identificamos como o *Centro tradicional*.

Nesta época, o sanitarismo é o discurso urbanístico dominante, e, em nome do embelezamento urbano e em resposta às necessidades do aumento da população (que valorizou o preço da terra), um grande contingente de populações de baixa renda que habitavam o perímetro desta primeira expansão do Centro fora expulso para os morros e para o continente.

II - Os anos 1950/60 (grande transição)

A modernidade se concretiza como projeto de sociedade, mas começa a escapar do centro por eixos, notadamente o norte da ilha, comandada por agentes frutos de alianças político-empresariais. Neste período ocorre a transição para o capitalismo preparada desde o final do século XIX, que representa a passagem de uma cidade que se transforma em *tempo lento*, para uma cidade que se modifica em *tempo rápido*, fruto da consolidação das relações capitalistas na sociedade.

Em virtude dos acontecimentos da Revolução de 30 e da decadência dos capitais comerciais urbanos, a cidade passa por um longo período de estagnação até próximo aos anos 1960, quando retoma toda sua vida, seguindo o plano desenvolvimentista brasileiro e a expansão da administração pública. É quando o Centro começa a se expandir por sobre as áreas colinosas ocupadas pelas chácaras das famílias mais abastadas da Ilha até então (grandes comerciantes portugueses e alemães), mas, nesse desenvolvimento, já apresenta características bem distintas do núcleo primário. Esta área é conhecida atualmente como *Centro novo*.

Nesta segunda fase (que é o ponto alto de toda transição), começa a despontar na cidade o interesse pela exploração do turismo e, com ele, a germinar um grande capital imobiliário. O sentido da modernização da cidade, em consonância com os interesses destes capitais emergentes, passa a se voltar para o eixo-norte da Ilha a partir dos anos 1970. Isso somado à construção dos aterros que desviaram os fluxos do Centro tradicional e o isolaram do mar, iniciou um processo de estagnação das formas neste espaço.

Também nesta época começa a se desenhar o que hoje conhecemos como *Centro expandido*, que compreende uma grande área envolvente ao maciço central e que teve sua formação impulsionada pelo crescimento populacional causado pela instalação nestas áreas de grandes instituições públicas estaduais e federais.

III - Os anos 1990 e o período atual (momento posterior)

A partir dos anos 1970 começa a ocorrer um fenômeno de exclusão do Centro do processo de modernização de Florianópolis, que vai culminar nos anos 1990. Um novo projeto de cidade é posto em prática, desta vez aparecendo como atores capitais extra-locais associados aos locais e o capital turístico-imobiliário tenta sobrepor-se ao comercial.

De fato, a partir dos anos 90 percebemos que começa a se desenhar um novo movimento da transição para a modernidade capitalista na cidade. É nesta época que o capital extra-local (e notadamente internacional), em forma de investimentos imobiliários associados às bandeiras do turismo e da tecnologia, apropria-se definitivamente do espaço urbano. O discurso urbanístico contemporâneo vem, desde então, trabalhando no sentido de romper com a idéia de cidade como uma totalidade social (e com isso com o próprio sentido de Centro urbano), dedicando-se a construção de núcleos residenciais (condomínios), comerciais (os shoppings) e empresariais (parques empresariais e tecnológicos), que passam a representar a modernidade para a cidade - enquanto ao Centro tradicional é relacionado a tudo que há de atrasado e ultrapassado.

A contradição da vida moderna

Na obra literária de Charles Baudelaire, a cena moderna primordial era o “pedestre lançado no turbilhão do tráfego da cidade moderna” (Berman, 1986, p. 154). No emblemático poema em prosa “As massas” do *Spleen de Paris*, publicado postumamente em 1869, transparece a sensação de Baudelaire ao viver a modernidade nas ruas:

Não é dado a qualquer um tomar banho de multidão. Desfrutar da massa é uma arte e só poderá fazer, às custas do gênero humano, uma orgia de vitalidade, aquele a quem uma fada terá insuflado no berço o gosto pelo disfarce e a máscara, o ódio do domicílio e a paixão pela viagem. [...]

Multidão, solidão: termos iguais e permutáveis, para o poeta ativo e fecundo. Quem não sabe povoar sua solidão tampouco sabe estar só em meio a uma massa azafamada. (Baudelaire, 2009, p. 69).

Em carta ao amigo Arsène Houssaye, Baudelaire conta que seus poemas em prosa objetivavam descrever a “vida moderna”, e sua motivação para escrever nasceu “da frequência das cidades imensas, do cruzamento de suas inumeráveis relações” (Baudelaire, 2009, p. 29). Interessante perceber como essa percepção da contradição dialética multidão-solidão tão presente na obra de Baudelaire é também descrita em uma experiência que Engels teve em Londres por volta de 1840:

Até mesmo a multidão que se movimenta pelas ruas tem qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão todos eles seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão todos eles, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada um só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo - e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. (Engels, 2010, p. 68).

A modernidade que vivemos em Florianópolis nos dias de hoje (que poderíamos denominar, não isentos de certa carga de ambiguidade, de *modernidade contemporânea*), é, entretanto, muito diferente “modernidade de Baudelaire” - e, em certos termos, chega a negá-la. Como nos fala Berman (1986), se pensarmos nas estruturas urbanas implementadas a partir dos anos 1950 em várias partes do mundo, seria difícil de ali se imaginar os fantásticos encontros descritos por Baudelaire na cidade moderna do século XIX; aliás, estes novos espaços parecem ser criados, estranhamente, para evitar estes encontros.

Tomando como marco a Segunda Guerra Mundial, Berman (1986) coloca que a partir daí a expressão da modernidade caiu na dualidade a pouco comentada entre modernismo (espírito) e modernização (material), justamente nesta época em que é fato marcante a “fusão de forças materiais e espirituais, a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno” (Berman, 1986, p. 129). Citando sua experiência particular, pois no bairro onde viveu sua juventude, o Bronx de Nova York, as ruas passaram de passivamente abandonas à ativamente destruídas, Berman expõe que o movimento moderno do pós-guerra marchou contra uma das principais fantasias modernas: *a rua*. Foi esta contradição que o motivou a pensar sobre a ambiguidade da vida moderna.

A maior parte dos investimentos urbanos das cidades modernas do pós-guerra foram destinados às auto-pistas, estreitamente ligadas à outras estruturas como, por

exemplo, a dos shoppings. Em poucas décadas, a *rua*, que sempre servira à expressão da modernidade dinâmica e progressista, passa agora a simbolizar tudo que há de obsoleto.

Neste contexto, na cidade de Florianópolis, o processo de modernização acelerado nos anos 1970 e culminante nos anos 1990 (a modernidade das vias expressas) nega o espaço do Centro tradicional, palco da modernidade da fase anterior. A partir de então, o Centro passou a ser identificado como um espaço oposto aos valores do “bem viver” dos novos investidores imobiliários da cidade. Insegurança, barulho, sujeira e o trânsito problemático se contrapõem à segurança, tranquilidade, planejamento e às amenidades dos novos condomínios residenciais. Até mesmo a exposição ao sol e às chuvas é desvalorizada em contraposição ao “conforto climático” dos shoppings!

Chegamos, então, a esta desconcertante contradição salientada por Berman, e que já havia sido desvendada por Jacobs (2009) nos anos 1960, de que o movimento moderno do pós-guerra (que no caso de Florianópolis se deu a partir dos anos 1960) impulsionou uma onerosa renovação das estruturas urbanas “cujo resultado paradoxal foi a destruição do único tipo de ambiente na qual os valores modernos podem ser realizados”:

O corolário prático de tudo isso (que à primeira vista pode parecer paradoxal, mas na verdade faz pleno sentido) é que na nossa vida urbana, em benefício do moderno, precisamos preservar o velho e resistir ao novo. Com tal dialética, o modernismo assume uma nova complexidade e profundidade. (Berman, 1986, P. 301).

Foram principalmente nos Centros das cidades onde restaram estes velhos espaços (das “*ruas cheias de olhos*” de Jane Jacobs ou os boulevards povoados pela cada vez mais tímida “*família de olhos*” de Baudelaire) que ainda hoje alimentam os “antigos” valores modernos. No Centro de Florianópolis, perseguindo detalhes aparentemente irrelevantes, desmascaram-se feições desta “antiga modernidade” que brinca de esconder com a “modernidade contemporânea” da cidade. Entretanto, nesta fase do capitalismo exigente por novas formas e novas configurações territoriais, onde “*tudo que é sólido desmancha no ar*”, por que estas antigas formas se mantêm? Elas realmente resistem ou foram simplesmente esquecidas?

Um dos motivos para esta desvalorização imobiliária do Centro tradicional de Florianópolis pode ser explicado com base na teoria de *desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky, em que a desvalorização do ambiente construído é parte necessária do processo capitalista de crescimento urbano. Ou seja, para algum lugar se valorizar (no caso de Florianópolis, primeiramente o eixo norte da ilha) outros precisam ser desvalorizados (o Centro tradicional).

No entanto, o Centro, um lugar de grande importância histórica e política, além de econômica, para a cidade, não está assim tão disposto ao movimento do mercado para ser valorizado (ou desvalorizado). O que parece ocorrer, é que o movimento atual do capital, comandado pela indústria da construção e do turismo na cidade, simplesmente não consegue se apropriar este espaço. O turismo lançou para a cidade uma proposta de consenso (homogeneidade) que não consegue converter o Centro tradicional. E não é pelo fato deste espaço parecer aos olhos de hoje uma paisagem velha e deteriorada que perdeu sua força política. Nessa resistência à incorporação ao movimento moderno do capital da Ilha de Santa Catarina, é a vivacidade do Centro que se impõe.

De fato, como escreve Benjamin no *Passagem-werk*, o moderno é a “dialética do novo em conexão com aquilo que sempre esteve lá” (Benjamin, 2006, p. 908). Ao contrário do que tentam nos fazer acreditar os teóricos da globalização, os espaços não caminham para a homogeneidade total. Como bem explicou Milton Santos (1996), existem cada vez mais lugares de resistência inspiradas na “velha modernidade” dos autores do século XIX e nas vanguardas dos anos 60, que faziam da realidade a fonte para seus estudos e práticas, porém, esforçando-se para nunca perder de vista a fantasia.

Por isso, tratando-se de um estudo sobre a modernidade, procuramos retomar um pouco do espírito dos modernistas do século XIX que, como consequência da contradição própria a qualquer processo de transição, tinham uma visão dupla e aberta da modernidade, eram simultaneamente entusiastas e inimigos da vida moderna¹. Isto para tentar revelar este Centro que não se deixa modelar pelo atual movimento do capital turístico-imobiliário da cidade, mas que também não pode desejar voltar aos seus tempos gloriosos do início do século XX.

Em uma passagem pelo Centro tradicional de Florianópolis, encontramos vários elementos de um espaço desleixado para o turismo, desagradável para os acostumados aos assépticos espaços do lazer moderno, uma cidade despreparada em parecer perfeita: mendigos, moscas, pombos, sujeira. Ambulantes que gritam, crianças que choram, cachorros vira-lata machucados a procura de comida. Correria, barulho, poças de água em dias de chuva. Buzinas, sorrisos, xingamentos, vida. Este é o Centro que descobrimos nesta pesquisa que foi uma tentativa de conhecê-lo e explicá-lo.

¹ Ainda mais porque não podemos ignorar que o espaço do Centro tradicional foi moldado no início do século XX à custa de um urbanismo sanitário e violento, que expulsou parte das classes populares que o habitavam para os Morros e os Bairros continentais.

Espaço Público e Cidade

Nesta nova cultura urbana da cidade moderna “zoneada” onde a pessoa estranha é ameaçadora, ao contrário do sentimento moderno do *flâneur* expresso por Baudelaire, “muito poucos podem sentir um grande prazer nesse mundo de estranhos: a cidade cosmopolita” (Sennett, 1998, p. 16). Este modo de vida individualista (acima de tudo segregado espacialmente) é impulsionado na medida em que o domínio público é esvaziado. Ao mesmo tempo ocorre o oposto, os espaços públicos são abandonados na proporção em que a vida separada é intensificada.

O hábito de conviver em espaços públicos é, explica Sennett (1998), historicamente associado ao cosmopolita: um homem que se movimenta despreocupado em meio à *diversidade*. Sennett cita como exemplo o registro das Cartas de Howell (1645): “Entrei no mundo aos tropeções, um puro cadete, um verdadeiro cosmopolita, nascido sem terras, rendas, casa ou cargo” (Sennett, 1998, p. 32) e complementa: “Dessa maneira, ‘público’ veio a significar uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente.”

Na cultura urbana correspondente à última fase da transição para a modernidade capitalista na cidade de Florianópolis o espaço público perdeu sua vez. O novo modelo de urbanização dominante nas cidades brasileiras é o urbanismo dos shoppings, do campus universitário, do parque industrial ou empresarial, das auto-pistas e dos condomínios fechados – que apelam cada vez mais para a questão do espaço privado de lazer como um atrativo. Proporcionalmente ao fato dos espaços públicos da cidade serem cada vez mais frequentados pelas classes populares, estes passaram a ser vistos como lugares perigosos, sujos, desconfortáveis. As praças do Centro de Florianópolis, por exemplo, são vistas pela maior parte da população como o lugar dos bêbados e dos mendigos.

Como prova disso, no início do ano de 2010, a Prefeitura Municipal lançou um projeto que previa o cercamento e fechamento durante a noite do símbolo da “vida pública” na cidade, a Praça XV – projeto que está incluído no plano maior de revitalização do Centro histórico da capital. Na ocasião, o vice-prefeito alegou: “De que adianta manter a praça aberta se quem usa não são os moradores, as famílias que querem visitar o local?”², como se simplesmente fechando a praça durante a noite o (falso) problema seria resolvido.

Atualmente, é política comum a “revitalização” dos Centros históricos das cidades. Estas revitalizações captam o Centro apenas em seu caráter arquitetônico, fazendo

² Fonte: “*Prefeitura quer cercar praça 15*” – Jornal Notícias do Dia, quinta-feira, 25 de fevereiro de 2010.

com que este represente “uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religiosos, intelectual, político, econômico (produtivo)” (Lefebvre, 1991, p. 13). Em Florianópolis, podemos vislumbrar como a vida pública pulsava no Centro tradicional nos anos 1960, através desta passagem:

A praça XV de novembro era o núcleo vivo da cidade – marco da sua vida social: era o centro das práticas religiosas, da administração da vida política, do lazer, da elegância. No Jardim Oliveira Belo, parte central da Praça, desfilava a elegância feminina, que depois passou a exhibir-se na calçada do Palácio do Governo e Rua Felipe Schmidt; em seu coreto, bandas de música realizavam concertos quase todos os domingos. Era na Praça que os políticos recebiam os aplausos por seus acertos e as vaias pelos seus erros; ainda na Praça se resolviam as questões pessoais, com socos, pontapés e bengaladas, raramente com armas. Os viajantes chegados pelos vapores fudeados na baía desembarcavam no cais Miramar, na face da Praça junto à praia. Muito da importância da Praça XV de Novembro desapareceu quando a Ponte Hercílio Luz fez cessar o tráfego de lanchas da baía com destino ao Estreito, que na Ilha tinha seu ponto terminal no cais Miramar. (Peluso Junior, 1991, p. 13).

O preservacionismo histórico-arquitetônico do Centro é outra expressão da tentativa do capital turístico-imobiliário abocanhá-lo. A fraqueza desta ação é demonstrada quando percebemos que são preservadas apenas partes eleitas do Centro tradicional enquanto outras caem aos pedaços. Os edifícios antigos são conservados na medida em que são úteis para a formação desta imagem de cidade turística: os valores históricos mascaram o interesse comercial.

Nota-se que a tensão existente entre público e privado na cidade ultrapassa muito a tensão entre o *espaço da casa* e o *espaço das ruas*. É um problema que envolve a escala de apropriação da cidade pelos cidadãos e pelos grupos sociais; em última análise, uma questão de cidadania.

Como explica Sennett (1998), de uma maneira geral, a transição para a modernidade capitalista e o processo de secularização da sociedade alteraram profundamente a vida pública da cidade. Este período de transição, mesmo sendo revolucionário, não origina uma outra cidade, pela existência de uma herança histórico-social que faz com que “uma condição de vida vá se infiltrando na outra” (Sennett, 1998, p. 38). Entretanto, a entrada do capitalismo mundializado (através das portas abertas pelo neoliberalismo) na cidade tem um impacto tão forte que conseguiu fragmentar, dilacerar seus espaços de convívio público.

Todo esse processo de perda do valor dos espaços públicos e a transferência de sua função para os espaços de consumo privado (fantasiados de públicos) está plenamente de acordo com o modelo de planejamento urbano em voga, que converteu o espaço público em uma derivação do espaço de passagem. As ruas são pensadas, feitas e adaptadas para permitir a movimentação motorizada de um setor para outro da cidade, não o passeio, sendo mesmo inviáveis para esta prática. A estruturação do sistema de transporte urbano visa possibilitar o transporte dos trabalhadores entre os vários complexos da cidade (residencial, comercial, empresarial, universitário).

A partir do momento em que as ruas são vistas apenas como lugar de passagem, muda toda a ideia do “público” dentro da cidade. Este passa a se concentrar em polígonos delimitados (praças e parques) e a cidade se converte em um grande mosaico de espaços públicos e privados. Isso causa perdas profundas para a sociabilidade urbana, já que o espaço público, para além do lugar do lazer, das horas vagas, é parte fundamental dos conceitos de cidade, cidadão e cidadania

O conceito de espaço público, segundo Gomes (2002), pressupõe a relação entre três elementos fundamentais: a) normalizações, leis e ordens; b) co-presença de pessoas diferentes num mesmo lugar; c) diálogo e visibilidade. O espaço público oferece como possibilidade o acesso e participação de qualquer tipo de pessoa, ou seja, a mistura social. Ao contrário, os espaços privados (mesmo os de uso público, como os shoppings) selecionam seus ocupantes pelo critério do poder de consumo e, enfim, por classe social. O espaço público representa acima de tudo o vínculo de um povo, de uma multidão organizada, de uma sociedade com a cidade e o indivíduo (Gomes, 2002). Faz, neste sentido, a ponte direta entre a vida privada e vida pública, o cidadão e a cidade – um espaço de relações entrecruzadas, de conteúdo material e simbólico.

Desta forma, procuramos pensar o espaço público não apenas por evidência, como as ruas, praças ou parques; mas um espaço público entendido como uma “*esfera de ações*” (Gomes, 2002). Neste caminho, o espaço público transcende o espaço físico, organizacional, e passa a envolver as práticas e os valores sociais. Ele representa o convívio cidadão dentro da cidade, ou, a cidadania transportada para uma dimensão física (Gomes, 2002).

A partir desta análise, interpretamos o espaço total da cidade como um espaço público, e o Centro tradicional, como seu coração por excelência.

Quando o coração urbano para ou se deteriora, a cidade, enquanto conjunto de relações sociais, começa a sofrer: as pessoas que deveriam se encontrar deixam de fazê-lo, em virtude da falta das

atividades do centro. As idéias e o dinheiro que deveriam se complementar - o que ocorre naturalmente num lugar cujo centro tenha vitalidade - deixam de fazê-lo. A rede de vida pública urbana sofre rupturas insustentáveis. Sem um coração central forte e abrangente, a cidade tende a tornar-se um amontoado de interesses isolados. Ela fracassa na geração de algo social, cultural e economicamente maior do que a soma de suas partes constitutivas. (Jacobs, 2009, p. 181).

Considerações finais: o Centro tradicional como lugar contra-hegemônico

A história, em tudo que desde o início ela tem de extemporâneo, sofrido, malogrado, se expressa num rosto - não numa caveira. (Benjamin apud Bolle, 2000, p. 111).

No presente artigo buscamos apreender as especificidades da formação do Centro de Florianópolis, compreendendo a marcha das continuidades e discontinuidades de sua história e como estas se arranjaram espacialmente dentro do processo de transição para a modernidade capitalista. Percebemos que o Centro tornou-se, “a cada momento histórico, dotado de um significado particular” (Santos, 1977, p. 89), ou seja, ao falarmos do Centro da cidade em cada fase da transição estamos falando de um espaço diferente, inclusive em termos de escala, mas principalmente em termos de sociabilidade.

O período atual da história urbana é apenas um momento de uma totalidade que identificamos como o processo (repleto de contradições) de transição para a modernidade capitalista da cidade. Partimos de um momento e um espaço particular (o Centro da cidade no período atual) para alcançar a totalidade: a modernidade capitalista em Florianópolis e a dinâmica da centralidade urbana.

Nesta última fase, confirmando a afirmativa de Lucács (1981) que nos alerta que a forma fenomênica e a essência das coisas não coincidem, o Centro tradicional adquire um novo sentido político de luta e resistência pela afirmação da cidade enquanto escala primordial da vida em sociedade. O Centro da cidade, apesar de aparentemente degradado e enfraquecido, politicamente demonstra todo seu poder revolucionário ao conseguir resistir à incorporação turístico-imobiliária do novo projeto de cidade colocado a todo vapor nos anos 1990. O Centro, seguindo a reviravolta dialética de Engels, não é um lugar passivo e adormecido, é um espaço contra-hegemônico.

Contra o falso-consenso da Florianópolis contemporânea, a vida pública do Centro tradicional se mantém com intensidade. É visível a tentativa de incorporação dos espaços públicos pelo capital turístico-imobiliário, que a cada dia constrói mais espaços

vazios de política e alimenta uma imagem homogênea e mentirosa da cidade. Muitos dos espaços do Centro, neste processo, tentam ser pacificados através do controle e policiamento. Quaisquer manifestações de liberdade no espaço central atualmente estão sendo reprimidas. E, este controle não é tanto contra a violência real como contra a violência imaginária; ao imaginário social do Centro como um “lugar perigoso”, que vem sendo criado pela mídia há muitos anos.

Tudo isso faz parte do processo de criação de consensos que tenta sempre esconder os conflitos urbanos para que a cidade seja mais vendável no mercado mundial, o mercado do turismo, dos grandes eventos, etc. Mas o Centro de Florianópolis, pelo contrário, explicita estes conflitos. A partir da última fase da transição para a modernidade na cidade, o espaço público da cidade se converte em um campo de batalha sem possibilidade de consenso, que desvenda a cidade que existe e resiste por traz do processo de homogeneização que a apropriação capitalista do espaço tenta efetivar.

Sabemos que quando a urbanização é dominada pela mentalidade corporativa, predominam os interesses particulares aos coletivos: “o cidadão é não raro empobrecido pelo usuário e pelo consumidor, afastando para muito depois a construção do homem público” (Santos, 1996, p. 109). Por isso, essa força capitalista impulsionada por alianças políticas formadas desde a década de 1960 na cidade, consegue prevalecer frente aos interesses sociais de uma população e às formas precedentes de economia urbana, mesmo quando esta população e este “modo de vida” estão estabelecidos tradicionalmente, em número muito maior e em áreas muito mais vastas (Santos, 1996). É neste contexto que o Centro tradicional de Florianópolis passa a se apresentar como um espaço contra-hegemônico, pois sua organização e funcionamento baseiam-se nestas formas prévias, em um modo de vida que se relaciona conflituosamente com a modernidade contemporânea, mas que, ao mesmo tempo, está carregado de valores modernos, de vida pública, de força popular e política. Parafraseando Shorske (2000), um grande conflito jaz escondido e solidificado em seus velhos prédios.

Referências Bibliográficas

BAUDELAIRE, C. 2009. *Pequenos poemas em prosa*, São Paulo, Hedra.

BENJAMIN, W. 2006. *Passagens*, Belo Horizonte, Editora UFMG / São Paulo, Imprensa Oficial.

_____. 1986. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, São Paulo, Companhia das Letras.

BOLLE, W. 2000. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representações da história em Walter Benjamin*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

ENGELS, F. 2010. *A Situação da Classe Trabalhadores na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo.

GOMES, P. C. C. 2002. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

GRAMSCI, A. 2000. *Cadernos do cárcere. V. 5 - Rissorgimento*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

JACOBS, J. 2009. *Morte e Vida de Grandes Cidades*, São Paulo, Martins Fontes.

LEFEBVRE, H. 1991. *O Direito à Cidade*, São Paulo, Editora Moraes.

LUCÁKS, G. 1981. *O marxismo ortodoxo. Sociologia*, São Paulo, Ática.

MARX & ENGELS. 1998. *O Manifesto Comunista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PELUSO JUNIOR, V. A. 1991. *O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e estrutura da cidade. Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*, Florianópolis, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte / Ed. da UFSC.

SANTOS, M. 1959. *O Centro da Cidade de Salvador: um estudo de geografia urbana*, Salvador, Publicações da Universidade da Bahia.

_____. 1977. *Sociedade e Espaço: a Formação Social como teoria e como método*, Boletim Paulista de Geografia nº 54.

_____. 1996. *A Natureza do Espaço*, São Paulo, Hucitec.

SCHORSKE, C. 2000. *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*, São Paulo, Companhia das Letras.

SENNETT, R. 1998. *Declínio do homem público: as tiranias da identidade*, São Paulo, Cia das Letras.

SILVA, M. A. 2003. *Geografia e Marxismo: questões de método e notas de pesquisa*, Revista Ciência Geográfica, Ano IX – Vol. IX, Bauru-SP.

SWEEZY, P. et al. 1977. *A transição do Feudalismo para o Capitalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.